

ENCARTE CLACSO

CADERNOS DA AMÉRICA LATINA VI



Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Os *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano* constituem uma iniciativa do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Destinados à divulgação de alguns dos principais autores do pensamento social crítico da América Latina e Caribe, os primeiros números incluíram textos de Ruy Mauro Marini (Brasil), Agustín Cueva (Peru) e Álvaro García Linera (Bolívia). Proximamente se difundirão artigos de Pablo González Casanova (México), José Carlos Mariátegui (Peru), Florestan Fernandes (Brasil), René Zavaleta Mercado (Bolívia), Rodolfo Stavenhagen (México), Milton Santos (Brasil), Silvio Frondizi (Argentina), Gerard Pierre-Charles (Haiti), Aníbal Quijano (Peru), Juan Carlos Portantiero (Argentina) e Edelberto Torres Rivas (Guatemala), entre outros. Os *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano* são publicados no jornal La Jornada do México e nos Le Monde Diplomatique da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai.

CLACSO é uma rede de 228 instituições que realizam atividades de pesquisa, docência e formação no campo das ciências sociais em 25 países: www.clacso.org

Coordenação editorial: Emir Sader

Reflexões sobre as “Revoluções Interrompidas” (uma rotação de perspectivas)¹

Florestan Fernandes²

O assunto das revoluções que são “paralisadas” ou “frustradas” voltou à ordem do dia. Historiadores e sociólogos retomam os fios de uma reflexão que deita suas raízes no século passado, embora as explicações sejam outras e, por vezes, combinem a inquietação política, a insatisfação social e o refinamento teórico – como sucede com as contribuições de Orlando Fals Borda³, que vem, de várias formas, focalizando o tema ao longo sua carreira, em termos da evolução histórica da Colômbia ou da situação global da América Latina.

Não pretendo, nesta breve incursão, realizar um balanço bibliográfico e, tampouco, marcar o que se logrou descobrir em vários países da América Latina, através da “investigação científica engajada”. É surpreendente o quanto se avançou, do fim da década de 1940 em diante, em uma obra consistente de *revisão* da explicação na história, que não se “unificou” à luz de uma teoria mas levou a resultados francamente convergentes e reforçou de modo considerável uma linha de trabalho intelectual que teve seus grandes pioneiros em José Carlos Mariátegui, Caio

Prado Júnior e Sérgio Bagu. O meu objetivo é mais limitado. Ele consiste em indagar aonde poderia levar a *transformação capitalista* em países que não romperam por completo com formas coloniais de exploração do trabalho e nos quais as classes dominantes se tornaram *burguesas* através e atrás do desenvolvimento do capitalismo. Na luta interna para a submissão das classes subalternas – que não eram propriamente classes, mas estamentos e castas – elas lutavam por converter formas coloniais de propriedade em formas capitalistas de propriedade e de apropriação social. O seu êxito engendrou uma transformação capitalista peculiar, que não pode ser esclarecida em função da desagregação do mundo feudal na Europa. A história não se “repetiu” porque não havia razão para que ela se repetisse. Tratava-se de *uma outra história*, a história do capitalismo nos países de origem colonial.

O Problema da Descolonização

A orientação predominante, nas classes privilegiadas na América Latina, consiste em confundir a de-

sagregação do antigo regime colonial com a descolonização como processo histórico social. Com isso, procede-se a uma mistificação, que se desenrola em grau maior ou menor em todos os países, mas é principalmente acentuada nos vários países que ainda se acham no período de transição neocolonial. A desmistificação tem sido feita, em termos científicos, através da teoria do colonialismo interno; no plano da luta de classes e da oposição política articulada, ela aparece sob as bandeiras do combate ao “feudalismo”, às estruturas arcaicas da produção e, principalmente, do antiimperialismo. Alguma coisa é melhor que nada! No entanto, a teoria do colonialismo interno concede uma vantagem estratégica às classes dominantes: ela negligencia demais a necessidade de uma investigação rigorosa das formas de estratificação engrenada ao capitalismo neocolonial e ao capitalismo dependente; e põe em segundo plano a luta de classes propriamente dita, concentrando o impacto sobre os efeitos construtivos da mudança social espontânea, do desenvolvimento e, em particular, da secularização e da racionalização inerentes à expansão do urbanismo e do industrialismo. Portanto, naquilo em que ela é uma

teoria crítica, ela se polariza como uma manifestação intelectual do radicalismo burguês e do nacionalismo reformista. O combate político aos resíduos feudais ou ao feudalismo persistente e ao imperialismo tem um caráter de ruptura mais pronunciado. De fato, ele se vincula a uma tentativa de vanguardas da esquerda de tomar pé na dinamização das transformações dentro da ordem vinculadas à revolução burguesa (essas transformações foram descritas na Europa como “revoluções” e são elas que marcam o *avanço* da revolução burguesa: a revolução agrária, a revolução urbana, a revolução industrial, a revolução nacional e a revolução democrática). Em termos táticos, a tentativa pára no patamar dos conflitos no seio das classes dominantes: jogar frações da burguesia, estruturadas na produção latifundiária e no setor de exportação ou inseridas na dominação externa, contra as frações estruturadas na expansão do mercado interno e da indústria. Em consequência, ela não contribuiu para adequar a teoria das classes sociais e da luta de classes às condições concretas dos países em situação neocolonial, ou de capitalismo dependente; e contribuiu muito mal para colocar as reivindicações dos trabalhadores do campo e da cidade numa linguagem especificamente socialista e revolucionária. Também desaguou, portanto, na órbita do reformismo burguês, embora não se possa subestimar sua importância quanto à mobilização política de setores da população pobre e trabalhadora sistematicamente excluídos da cultura cívica e da sociedade civil, bem como para a impregnação nacionalista e radical-democrática de alguns setores das classes médias ou mesmo das classes altas.

O grave é que o *problema da descolonização* não foi e continua a não ser colocado como e enquanto tal. Ele é diluído e pulverizado, como se não existisse e, substantivamente, o que importasse fossem apenas as debilidades congênicas do capitalismo neocolonial e do capitalismo dependente. Sombart demonstrou que o capitalismo pode transformar-se, esgotando épocas bem marcadas, mantendo não obstante espaço histórico e econômico para a sobrevivência e a revitalização de formas superadas de produção e de troca. Poder-se-ia pensar, a partir dos países centrais, que esses seriam “nichos” de formas arcaicas ou obsoletas de capitalismo, funcionais para os arranjos modernos e mais avançados do desenvolvimento capitalista. Esse raciocínio não se aplica do mesmo modo à periferia, principalmente aos países que se acham em situações neocoloniais específicas ou aos que, estando em situações de capitalismo dependente, não recebem das economias centrais fortes dinamismos de crescimento econômico ou não podem compatibilizar tais dinamismos com o crescimento do mercado interno. Aí a descolonização constitui uma categoria histórica mascarada pela dominação burguesa (tanto a *nacional*, quanto a *imperialista*: ambas possuem interesses convergentes em criar ilusões ou mitos sociais). Em vez de um ataque abstrato ao colonialismo interno, aos elementos feudais ou globais e ao imperialismo, convinha dar ênfase à descolonização que não realiza (nem pode realizar-se) sob o capitalismo neocolonial e sob o capitalismo dependente. Esse é o busílis da questão. Levar a descolonização às últimas consequências é uma bandeira de luta análoga à revolução nacional e à revolução democrática – e essa reivindicação teria de ser feita em termos socialistas, ainda que com vistas à “aceleração da revolução burguesa”. Parece patente que a descolonização não pode ser contida nesses limites e que, na ação prática, em vez de acelerar a revolução burguesa ela fomenta a “desestabilização” e a evolução de situações revolucionárias até pontos críticos. Contudo, na periferia o socialismo possui essa função de calibrar os dinamismos revolucionários da ordem

existente pelos problemas e dilemas sociais as burguesias não tentaram enfrentar e resolver, *por não ser do seu interesse de classe* nas formas de desenvolvimento capitalista inerentes ao semicolonialismo e à dependência.

O ponto crucial da questão, no que respeita a países nos quais a vanguarda interna da luta contra o colonialismo era recrutada nos estratos mais privilegiados dos estamentos dominantes, vem a ser que estes estamentos e suas elites não possuíam interesse algum em revolucionar as estruturas sociais e econômicas vigentes – e, quanto às estruturas legais e políticas, só queriam modificá-las revolucionariamente de forma localizada: a independência perante a metrópole, de um lado, e a plenitude política de sua hegemonia no pano social interno, de outro.

Os Limites da “Transformação Capitalista”

Durante muito tempo prevaleceu a idéia de que o desenvolvimento capitalista podia produzir resultados similares em qualquer parte, dependendo do “estágio” em que ele estivesse e de sua “potencialidade de amadurecimento” ou de atingir uma forma pura. Essa ilusão poderia ser mantida inquestionavelmente em alguns países da Europa e foi amplamente compartilhada nos EUA; a sua difusão foi parte do processo de colonização, de transferência da ideologia dominante nas nações capitalistas hegemônicas – e fortaleceu-se com o crescimento controlado de fora da modernização.

O dilema econômico da América Latina consiste em que essa ótica burguesa não põe em questão histórica a *forma* do desenvolvimento capitalista. Ela se volta para o *modelo* vigente em dado momento do desenvolvimento capitalista (ou para *um modelo idealizado*, pelo qual certas burguesias lograram o seu arranque industrial e a constituição de uma sociedade de classes capaz de conter e regular o antagonismo central entre o capital e o trabalho). Ora, a forma do desenvolvimento permite pôr em questão o que já List descobrira: o país ou os países mais fortes teriam um controle do mercado mundial e vantagens crescentes na acumulação capitalista. Os países que não pretendem submeter-se a controles externos coloniais e semicoloniais ou que quisessem fugir a uma dependência econômica ruinosa teriam de lutar por sua *autonomia de desenvolvimento capitalista*. Por sua vez, os modelos de desenvolvimento podiam ser compartilhados com as economias periféricas. Na verdade, para que a colonização se realizasse ou para que a situação neocolonial e a situação de dependência produzissem frutos tornava-se imperioso compartilhar o modelo, pelo menos na medida e nos limites em que as economias coloniais, neocoloniais e dependentes teriam de engrenar-se com as estruturas e os dinamismos econômicos do centro ou centros dominantes. Isso não significava que, em determinado momento, alcançariam o desenvolvimento desses centros, o igualariam e superariam. Porque nas situações coloniais, neocoloniais e de dependência isto era impossível (e até hoje, segundo Baran, só ocorreu nos EUA e no Japão; e por motivos que não são intrínsecos a estas situações e têm que ver com a ruptura política contra elas e a sua desintegração deliberada, como parte do “cálculo econômico racional” e da “razão política nacional independente”). O que aconteceu na América Latina, em escala universal, foi que os estamentos dominantes e privilegiados preferiram optar pela linha mais fácil de seus interesses e vantagens, dando prioridade total às soluções econômicas montadas no período colonial, com todas as suas aberrações.

Isto quer dizer que o dilema econômico expresso

através do capitalismo neocolonial e do capitalismo dependente não foi um simples produto das *correntes da história moderna*. Os países europeus (e, mais tarde, os EUA) não impuseram nada que fosse inevitável. As forças mobilizadas para lutar contra as duas metrópoles foram desmobilizadas, pelos setores civis e militares; o que passou a preocupar aquelas elites de maneira substancial, foi como impedir que a herança colonial se desagregasse, fugisse por entre seus dedos. Não se poderá dizer que tal opção teria valor e vigência para sempre. No entanto, hoje é claro, sob o capitalismo monopolista e imperialista, que o desenvolvimento capitalista não oferecerá, por si mesmo, novas alternativas às nações latino-americanas que se encontram em situação neocolonial ou em situação de dependência. Elas poderão passar pelos *estágios* das economias centrais – e isso está ocorrendo nas principais economias e sociedades da região – mas esses estágios não poderão reproduzir os mesmos efeitos, porque o contexto histórico, a estrutura da economia, da sociedade e do Estado, são diversos sob a forma neocolonial ou dependente de desenvolvimento capitalista. O México, a Argentina, o Brasil, o Uruguai e o Chile, sem falar dos países que não romperam as barreiras neocoloniais até hoje, por exemplo, indicam claramente tudo isto. Quando a pressão de baixo para cima se intensificou de modo revolucionário prematuramente, ela foi pulverizada, esmagada e serviu de pretexto para modalidades políticas de autodefesa da burguesia que lembram a autocracia e o despotismo. De outro lado, na medida em que o estágio da formação do proletariado alcançou maior maturação e este procurou organizar-se para desenvolver-se como classe independente, o processo foi contido, interrompido ou interceptado pela violência organizada. Em consequência, as forças sociais que poderiam funcionar como contrapeso e colocar na cena histórica o problema da forma do desenvolvimento capitalista, nem isto puderam fazer. As tenazes da história se fecham pelas mãos dos homens: os homens que estão no poder, dentro das empresas, das instituições sociais e do Estado, e que não vêem outra coisa senão a parte que podem retirar do butim, em associação com parceiros de várias categorias sociais de dentro e de fora.

Por essa razão escolhi o conceito de “transformação capitalista”, com que trabalha Lukács, e pus ênfase nos *limites* que ela sofre inevitavelmente. Não quero dizer com isto, que a revolução burguesa foi para as cucuias, como pensam inclusive alguns cientistas sociais de méritos reconhecidos, liberais ou esquerdistas. O ponto mais grave, que se configurou nas nações latino-americanas de maior envergadura econômica, demográfica e política, é que a revolução burguesa acabou se definindo e se desatando *pela coordenação com o pólo externo* e através de iniciativas modernizadoras de monta, *desencadeadas pelo pólo externo*. O Estado autocrático burguês (ou, como outros preferem, o Estado neocolonial ou, ainda, Estado de segurança nacional) acabou sendo o elo mediador pelo qual uma revolução que deixou de ser feita por decisão histórica está caminhando pela *modernização dirigida* e autocrática e por transformação de *estruturas previamente drenadas* ou *esterilizadas*. Na verdade, na medida em que a forma do desenvolvimento capitalista não foi tocada pelo interesses maiores, o novo *modelo* de desenvolvimento capitalista tinha que conduzir nessa direção. Ele é *internacionalizador* por contingência histórica (a luta de vida e de morte com as nações socialistas) e por seu *dinamismo interno* (o capitalismo da era do imperialismo, que tende a unificar a autodefesa e a segurança da empresa mundial na esfera da produção, do mercado e das finanças). Portanto, a burguesia externa retirou a burguesia neocolonial e dependente ou de sua apatia ou de suas ilusões de processo espontâneo, e a revolução

burguesa se aprofunda literalmente como uma catástrofe histórica. A periferia verdadeira do capitalismo monopolista avançando está sendo montada agora, *em nossos dias*. Ela será profundamente modernizadora, provocará transformações nunca sonhadas da economia industrial e da sociedade de classes. Mas, para manter o desenvolvimento desigual e combinado em termos das vantagens estratégicas das classes burguesas, do centro e da periferia, terá de despojar a revolução burguesa dos atributos que definiram a sua grandeza histórica na evolução da civilização moderna.

As lições de Cuba

Nestas reflexões, Cuba nos coloca diante de três assuntos fundamentais: nela, as orientações dos estamentos dominantes, nas lutas pela independência, seguiram as linhas comuns na América Latina; nela, se evidenciam melhor (ou de uma forma em que não foi possível evidenciar-se no resto da América Latina) as tendências centrífugas da burguesia, sua incapacidade total de deslocar a “defesa do capitalismo” em favor da descolonização completa, da revolução democrática e da revolução nacional, por fim, o caminho percorrido por Cuba demonstra que não é a pobreza, o subdesenvolvimento e a “apatia do povo” que convertem a miséria, a marginalização sistemática e a exclusão política das massas em precondições do “desenvolvimento econômico”, mas a exploração capitalista dual, pela qual as classes dominantes internas e as nações mais poderosas da terra se associam em uma brutal pilhagem sem fim. Os que quiserem conhecer outros aspectos da evolução revolucionária de cuba e de seu desenvolvimento socialista terão de recorrer a um livrinho anterior, no qual procurei traçar as etapas de aprofundamento histórico da Revolução Cubana.⁴

O primeiro aspecto possui um interesse menor, mas dado o fato de que em Cuba a página da história se virou de modo completo, ele tem um significado didático “conclusivo”. A posição dos estamentos dominantes nas revoluções de 1868 e 1895 e sua incapacidade de corresponder à necessidade revolucionária global ficam patentes de forma ostensiva. Na impossibilidade de *conter a revolução no plano político*, nas duas ocasiões aqueles estamentos se deslocaram para posições contemporizadoras e, por fim, antinacionais e reacionárias.

O segundo aspecto é mais importante. Poder-se-ia perguntar: dadas as novas condições do desenvolvimento capitalista e a transformação dos estamentos senhoriais em classes burguesas, a história não teria, finalmente, mudado de eixo? Não seria, mais tarde, do interesse particular das classes burguesas corresponder ao interesse global das outras classes, de levar a revolução nacional ao fim e até ao fundo (e, com ela, soltar as outras revoluções concomitantes)? Só em Cuba essa possibilidade histórica se delineou concretamente e só por essa experiência se pode refletir também de forma concreta. Enquanto foi, possível, as classes burguesas aproveitaram as oportunidades históricas, culturais e políticas do capitalismo neocolonial, ficando com a parte mais suja na produção do butim e do manejo da “República mediada”. Sob Batista, as coisas foram longe demais e vários setores da burguesia se deslocaram de posição. A oportunidade alternativa de uma articulação mais profunda com *as forças revolucionárias da Nação* surgiu concretamente. Parecia que, sob o governo revolucionário, saído da vitória dos guerrilheiros, iria se consumir esse tipo de avanço. No entanto, ele não se deu! Muitos refletem sobre o assunto sob uma perspectiva unilateral: os próprios guerrilheiros e a rapidez da radicalização popular impediram essa evolução. Ora, é preciso colocar es-

se argumento no contexto histórico. Através dos estratos das classes médias e altas, que encontraram resposta no movimento revolucionário, a burguesia *teve a oportunidade*, mas não a *aproveitou*. Por quê? Obviamente, porque não é uma classe revolucionária nas condições históricas da América Latina, porque defende seus interesses de classe em termos de sua vinculação com o capitalismo neocolonial e com o capitalismo dependente, sendo sequer capaz de situar-se em uma posição de classe que permitisse conciliar aqueles interesses com a autonomia da Nação, a existência de uma democracia burguesa real e a extirpação de formas subcapitalistas de exploração humana.

O terceiro aspecto coloca, de fato, o problema da revolução no contexto histórico atual da América Latina. É um erro pensar-se que a burguesia possa movimentar-se com certa liberdade através de uma possível “reforma do capitalismo”. A principal lição de Cuba é essa. Ela mostra, ao resto da América Latina, qual é o caminho que pode e deve ser seguido no presente, presumivelmente em condições diversas e muito mais difíceis. A “revolução burguesa em atraso” possui três pólos distintos – um forte pólo econômico, financeiro e tecnológico internacional; um pólo burguês nacional disposto a correr o risco do “aprofundamento da dependência” e suficientemente audacioso para explorar essa “última via” da transformação capitalista nas condições tão desumanas da região; uma forma absolutista de Estado burguês, bastante flexível para falar várias linguagens políticas e bastante forte para oscilar rapidamente, ao sabor das circunstâncias, da ditadura militar com respaldo civil para a “democracia ritual” com respaldo militar. Esses três pólos têm de relacionar-se de modo muito mais complexo que aquele que se divorciou em Cuba sob a República títere. À medida que a industrialização maciça, a modernização acelerada e o desenvolvimento concentrador se libertem dos controles rígidos dos períodos de implantação e de maturação, os seus efeitos, o seu significado global e todo o conjunto de políticas a que eles respondem terão que ser postos em questão. O “diálogo surdo” do *diktat* de ser substituído, às vezes mais depressa do que as classes burguesas gostariam que acima das possibilidades de “dissuasão pacífica” do Estado, pelo diálogo verdadeiro. Por maior que seja a massificação da cultura política dirigida, as classes trabalhadoras tomarão conta dos canais do diálogo verdadeiro e o “capitalismo reformado” provará a sua insistência básica. A perspectiva será de uma existência dolorosa, com a República títere sujeita, de maneira permanente, a vários enrijecimentos sucessivos, numa escala ampliada do que ocorreu em Cuba da ascensão de Machado à queda de Batista. Ao recorrer a mudanças de caráter revolucionário, sem ser uma classe revolucionária, a burguesia aceita esse perigo extremo, mal avaliado por falta de perspectiva política. O imediatismo é quase sempre cego. Ele leva ao cálculo de que “quem pode mais chora menos”. Mas quem “pode mais” por alguns anos ou mesmo por muito tempo acaba por “poder menos”. Quem não acreditar neste raciocínio que retome o desastre sofrido pela burguesia cubana e pelos EUA de 1959 a 1962, no rápido evol- ver da Revolução Cubana.

Os requisitos da acumulação capitalista (e, portanto, da aceleração do desenvolvimento econômico e da exploração dual) são também os requisitos da substituição das classes dominantes por classes verdadeiramente revolucionárias ou, em outras palavras, pelo advento de uma Revolução que não se extinguirá ao nível político. A revolução Cubana revela a natureza íntima da *revolução em avanço*, que tem de desagregar e destruir toda ordem preexistente até ao fundo e até ao fim, para lançar as bases da formação e da evolução históricas de um novo pa-

drão de civilização. Os portugueses, os espanhóis, os seus sucessores no condomínio do Estado capitalista “oligárquico” ou “autocrático” e os seus poderosos aliados imperiais não poderiam realizar essa missão. Modernizando, transferindo ou inovando, eles estavam reproduzindo o passado no presente, criando um futuro que não continha uma autêntica *história própria*, um genuíno *processo civilizatório original*. Estes só poderiam brotar tardiamente, em função do aparecimento de classes dominantes revolucionárias saídas da massa de toda a população e representantes de toda a população.

Quem “Aproveita as Contradições” da Luta de Classes?

A linguagem de *O manifesto comunista* é clara: nele não se diz que a “luta de classes” substitui os seus agentes e, tampouco, que as “contradições antagônicas” destruam, por si mesmas, o sistema capitalista de poder. Diante de uma classe operária que mal se estava convertendo em *classe em si* e principiando a utilizar a luta de classes para lograr um desenvolvimento independente diante da burguesia, o que ganhava importância era a forma e o sentido dessa luta, onde ela levava, o que ela reservava ao capitalismo e à evolução da humanidade. Os proletários tinham de organizar-se como classe em si, mas o desenvolvimento independente desta, em escala nacional, dependia tanto do desenvolvimento das forças produtivas, isto é, do capitalismo, quanto da vitalidade econômica, social e política da burguesia. Além disto, a condição proletária, produzida e reproduzida pela apropriação capitalista da riqueza gerada pelo trabalho, constituía um substrato, a base material da relação antagônica dos proletários com os donos do capital e com a sociedade capitalista como um todo. O fermento político revolucionário procedia da consciência social que os proletários adquirissem, coletivamente, de que tinham de desenvolver-se como classe independente; enfrentar, reduzir e abater a supremacia burguesa; e conquistar o poder da burguesia. Essa vinha a ser a ótica comunista do socialismo. Ora, é óbvio que não se pode transferir para a periferia do mundo capitalista, sem mais esta nem aquela, semelhante visão articulada da luta de classes. Ela era o produto de uma longa evolução social. E as primeiras manifestações da condição revolucionária do proletariado como classe social ou foram absorvidas pela ordem social competitiva, alargando-se assim concomitantemente o elemento político intrínseco à luta de classes, ou foram esmagadas impiedosamente pelas classes dominantes, demonstrando-se desse modo para onde caminharia o “terrorismo burguês”. A questão não seria, como se poderia supor de uma perspectiva não-marxista, que o mundo capitalista da periferia teria de “ficar igual”, antes de mais nada, ao mundo capitalista “conquistador” e *imperial*. Isso seria, para sempre, impossível, pois a história caminha de modo incessante e o capitalismo teria de refazer-se continuamente, nos seus pólos centrais e mais dinâmicos. Portanto, como levar, para proletários dotados de baixa capacidade de organização de classe e de fraco potencial de luta de classes em escala nacional, uma forte consciência revolucionária e uma disposição imbatível de conduzir à prática as tarefas do proletariado? Apesar das desvantagens históricas relativas, o proletariado poderia transcender à burguesia, ser ele próprio um fator de aceleração e aprofundamento da revolução burguesa, em países onde as classes dominantes sentem pouco entusiasmo pelas garantias sociais e políticas inerentes à forma mais avançada e pura de dominação burguesa, e lutar, simultaneamente, por uma nova transformação da ordem existente, pela *revolução proletária*? A resposta a essas perguntas permitia equacionar em novos termos a relação histó-

rica entre *democracia burguesa* e *democracia proletária*; e implantava dentro do marxismo a convicção de que a periferia, antes de “ficar igual” ao mundo capitalista mais avançado, extrairia do seu atraso o fator do seu avanço revolucionário. Essa é a lógica política de *O que fazer*?

Essa condensação é demasiado sumária. Mas ela esclarece suficientemente o ponto fundamental. Primeiro, as “contradições” não são só uma construção abstrata, elas fazem parte de relações sociais reais e têm de emergir como tal na vinculação dos proletários com sua sociedade. Segundo, as “contradições” não impedem que o capitalismo se expanda constantemente e que o poder da burguesia continue crescendo, pois é da lógica íntima do capitalismo e do regime de classes que eles tenham de desenvolver-se nessas contradições. Terceiro, as “contradições” passam a contar como um fator de *poder real* para os proletários a partir do momento em que se torne possível, para estes, engatar as condições de constituição de classe com as condições de luta com as classes dominantes; daí em diante, o desenvolvimento do capitalismo exprime, de fato, a sua natureza antagonica e o poder relativo do capital e do trabalho. Em suma, as contradições podem ser longamente aproveitadas pelas classes dominantes e, ao revés, a existência de uma grande massa de proletários, por si só, não impede que isso se mantenha como uma espécie de rotina. A própria violência institucional, gerada para manter tal estado de coisas, acaba sendo instrumental quer para multiplicar as vantagens relativas das classes dominantes, inclusive na esfera restrita da acumulação de capital, quer para atrofiar a luta de classes e a capacidade de luta política dos proletários, quer para criar orientações conformistas e de acomodação passiva, pelas quais os proletários se excluem do uso consciente e ativo das contradições em seu proveito coletivo (o que é mistificadamente designado, pelas classes dominantes, como apatia das massas”). As burguesias “débeis”, da periferia, confrontadas simultaneamente pela dominação do capital hegemônico externa e pela pressão do trabalho interna, tendem a dar o máximo de importância à relação interdepen-

dente entre a violência institucional e uma “posição invulnerável” na luta de classes, buscando assim, monopolizar em seu proveito o *uso deliberado* das contradições intrínsecas ao crescimento do capitalismo e do regime de classes. Não pretendem, com isso, “retardar a história”, mas proteger-se dentro da “história possível”, pois precisam calibrar o terrorismo burguês, que não inventaram, para lidar com os acidentes fatais e os riscos catastróficos do capitalismo selvagem.

No diagnóstico sociológico do “conflito de classes na América Latina” não é preciso ir tão longe ... No entanto, um longo período de hegemonia quase total de uma burguesia neocolonial ou dependente fez com que a “cauda” social e política das casses dominantes refletisse mais a ideologia da burguesia hegemônica, dos países capitalistas centrais, que sua própria situação de interesses de classe como proletários. O socialismo reformista e as táticas de apoio à burguesia nacional de certas correntes do socialismo revolucionário reforçam essa tendência. O risco dramático que enfrentamos consiste em um *reen-golfamento*. A incorporação ao espaço econômico, social e político das sociedades capitalistas centrais renova o horizonte cultural das classes burguesas.

Poderá ocorrer, sob o capitalismo monopolista dependente, o fenômeno que ocorreu sob o capitalismo competitivo dependente. Tanto internamente, quanto a partir de fora, o palco está preparado para compatibilizar o crescimento morfológico dos proletários como classe em si com uma consciência de classe “esterilizada” e com dinamismos de “luta de classes” destituídos de elemento político e de um eixo verdadeiramente revolucionário. O sindicato “moderno” e “democrático”, que toma por padrão o sindicalismo norte-americano, por exemplo, entra nessa montagem. O mesmo se pode dizer de partidos operários *socialdemocratizados*, que põem em primeiro plano o combate ao marxismo e à revolução proletária, e coloca ênfase secundária na ótica verdadeiramente socialista e comunista da luta de classes. Mesmo a esquerda católica, que vem desempenhando o papel mais positivo, porque se vol-

tou para o apoio à formação da classe operária e ao seu desenvolvimento independente, vacila em sua terminologia política e contemporiza diante das estratégias centrais da luta revolucionária. É preciso tomar muito cuidado na discussão de tais assuntos. Seria absurdo não reconhecer o progresso eventual de passar de um estágio de “apatia fomentada e dirigida” e de “alianças” nocivas para um “patamar de negociação” em que o consenso proletário se manifesta tanto defensiva quanto agressivamente. Entretanto, o alvo político que merece ser perseguido vai muito além. Ele consiste na conquista pelos proletários da capacidade de enfrentar a supremacia de lutar pela conquista do poder *nas condições existentes*, de implantação do capitalismo monopolista dependente, nas quais é muito difícil combater simultaneamente o capital e seu regime autocrático-burguês e o capital estrangeiro e seu núcleo imperialista de poder. Ora, esse combate não só tem de existir – ele precisa ser simultâneo, se os proletários quiserem alcançar um desenvolvimento de classe independente, encontrar aliados nas classes destituídas ou nas classes médias e ser uma alternativa pela transformação da sociedade e pela revolução social.

- 1 A versão completa do texto publicado neste *Caderno* em espanhol é parte da antologia *Dominación y desigualdad: el dilema social latinoamericano*, organizada e apresentada por Heloisa Fernandes, editada por CLACSO Coediciones e PROMETEO editores (Buenos Aires, Julho 2008) e; com Siglo del Hombre editores (Colômbia, Julho 2008). A versão completa em português do texto pode ser encontrada em *Poder e contra-poder na América Latina* (Zahar editores: Rio de Janeiro, 1981).
- 2 Sociólogo brasileiro (1920-1995) Militante das causas públicas, como a educação gratuita e universal, as políticas afirmativas, a reforma agrária. Sua obra está sendo redescoberta pelas novas gerações de brasileiros nas universidades e nos movimentos populares, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a organização Consulta Popular. Autor, entre outras muitas obras, de: *A etnologia e a sociologia no Brasil* (1958); *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959); *Mudanças sociais no Brasil* (1960); *A integração do negro na sociedade de classes* (1964); *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968); *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios* (1975); *A revolução burguesa no Brasil* (1975).
- 3 Orlando Fals Borda, *La subversión en Colombia. Visión del cambio social en la historia*. Bogotá, Departamento de Sociologia da UN e Ediciones Tercer Mundo, 1967; Las revoluciones inconclusas en América Latina. 1809-1968, México, 1968.
- 4 Florestan Fernandes, *Da guerrilha ao socialismo: A Revolução Cubana*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979. No fim do livro encontra-se uma bibliografia selecionada sobre a revolução Cubana.

Globalização e segunda República¹

Orlando Fals Borda²

Nós os do Sul Vertentes da globalização

Quando acentuam as tensões e conflitos produzidos pelo que alguns governantes batizaram como “globalização”, nós os do mundo comum – em especial os do Sul, os do Terceiro – começamos a descobrir que estávamos arriscando uma parte essencial de nossa razão de ser: aquela representada pela idiossincrasia e alimentada pela cotidiana diversidade ambiente. O mundo havia crescido, fatalmente, como um gigantesco caleidoscópio móvel cujas diferentes peças brincando livremente produziam efeitos, imagens, processos e objetos diversos de alcance infinitos, às vezes belos e positivos, às vezes deformados e perversos, mas que iam somando ondas de integração mais ou menos ordenadas.

Foram necessárias as furiosas manifestações em algumas ruas de Seattle, Davos, Melbourne e outras

cidades desde alguns anos para aqueles governantes surdos, com seus míopes acessores de cabeceira começassem a reconsiderar suas desagregadoras políticas de “abertura”. Não podiam seguir desprezando o social, o cultural o humano para reduzi-lo homogeneamente ao econômico, como o desejariam os neoliberais e os planejadores estatais, sem gerar deslocamentos, injustiças e crises estruturais, cujos maus efeitos se estenderam a todas as partes, afetando especialmente aos pobres e marginais.

A resistência inicial ao neoliberal dentro desta globalização homogeneizante foi crescendo até encurralar, em parte, aos poderes mundiais. Perseguidos pelas massas inconformes, para os poderosos não houve outro lugar adequado para tornar a reunir-se que o Emirado desértico e feudal do Qatar, lugar simbolicamente significativo do tipo inerte e areno-so de mundo ao qual, nos querem levar para que só fique a economia monopolizada, a da violência de

poucos sobre os demais. Foi então necessário perguntar-se sobre que classe de globalização se estava falando, pelas diferenças em seus efeitos sobre as sociedades. Por isto é significativo que agora existam tais resistências em setores insatisfeitos e alertas do Primeiro Mundo, como as juventudes e os universitários. As revoltas de rua contra o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os ricos em Genebra e Lausana são sintomas positivos de protestos pela danosa transformação social que sofremos no Sul, os que buscamos um mundo melhor, mais justo, democrático e participativo. Hoje muito poucos se declaram neoliberais: lhes dá vergonha. Apesar disto, talvez por inércia, aspectos de sua orientação seguem vigentes. Daí a necessidade de seguir combatendo.

De onde provém e como e quando se foi articulando esta desigual e policefálica doutrina? Todos sabemos: proveio das altas esferas do poder e do conhe-

cimento da Europa e Estados Unidos, ou seja, dos nichos geradores da civilização ocidental. Muitos interpretaram a globalização como sucessora natural das idéias de progresso e livre comércio, introduzidas pelos filósofos da ilustração. Existe pouco de novo deste ponto de vista; mas seus aquiescentes conseguiram detectar, desde a década de 1970 pelo menos, que a profecia de Carlos Max sobre as tendências expansivas universais do capital estavam se cumprindo. Para aqueles, alegria pelo livre mercado e a acumulação infinita que já se desenham desde a época colonial. Para nós, os do comum, os do Sul, cabia apertar o cinto e sofrer as penúrias adicionais. Por sorte, podia-se descobrir o tendão de Aquiles da obnubilante doutrina da globalização. Suas limitações em quanto à pobreza, ao desemprego e à fome, por exemplo, logo ficaram desveladas e em insolúvel escândalo. Agora, com o seguir da análise, só necessitamos disparar em direção ao tendão.

Como inimigo das formas patológicas que a globalização adotou, em especial com as políticas anti-populares, quero recomendar que avancemos no estudo de suas características, porque isto, obviamente ajuda o necessário contra-ataque do que fazer. É o que me proponho esboçar agora.

Tecido analítico-normativo do fenômeno

Já sabemos com maior certeza que a equivocada e injusta globalização que temos conhecido, é como uma trama de dois fios: um analítico, para descrever seus principais fatores interventores, que são de natureza econômica, política e cultural; e outro normativo, para destacar os valores subjacentes aos resultados que persegue no econômico, político e cultural. Nem todos estes resultados são de rechaçar: os povos em sua sabedoria e com o sentido comum – como o fizeram antes – podem escolher e adotar alguns deles; mas estes dever ser determinados com cuidado, em especial àqueles que beneficiam ou prejudicam, em qual medida e a que custo. Daí que parece válido ver a globalização como uma forma polivalente de chegar a prosperidade ou felicidade geral, mas se bem executada. Qual é o seu alcance real? Conforme as políticas públicas que se adotem. Aquelas inspiradas no neoliberalismo, têm aumentado as desigualdades do mundo, mas em países desafortunados como Colômbia, onde as maldições desta escola seguem de maneira incrivelmente atadas ao poder estatal, as misérias aumentam.

Ponhamos, então, as lentes da hermenêutica para criticar estes mesmo fenômenos. Qual é o resultado? Podemos interpretar a globalização de pelo menos três maneiras. Primeiro, como uma série de discursos muito diversos, por exemplo, sobre capital social, tecnologia comunicativa, impacto cultural, etc.. Segundo, como um processo induzido por acordos e regras de desenvolvimento econômico, como os do Banco Mundial (BM), a possível Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). E, terceiro, como uma instituição macro ou conjunto de instituições macro, cujos exemplos mais notáveis são as corporações multinacionais, muitas Organizações Não Governamentais (ONGs), os tratados regionais, igrejas universais, e outras entidades e burocracias sem cidadania fixa.

Referências territoriais

Se este tipo de análise resulta insuficiente, poderíamos entrar ainda mais fundo e estudar as relações estabelecidas entre sociedades concretas e as práticas que permitem e fomentam a globalização, especialmente entre sociedades concretas e as práticas

que remitem ou fomentam a globalização, especialmente desde o ponto de vista das liberdades individuais e coletivas. Há o marco fundamental deste tipo espacial / territorial: o dos Estados-nacionais que cederam, ao nível supranacional e, mais ou menos, voluntariamente, parte da sua soberania. Desde o ponto de vista espacial – muitos disseram –, a globalização é um processo de mão-dupla, que vai e vem desde acima, nas altas esferas das sociedades, e de abaixo para acima, desde as localidades e regiões com gente do comum e sua cultura ancestral. Os canais de acima para abaixo, têm sido dominantes e vêm condicionados pelas oligarquias da civilização ocidental euro-cêntrica e euro-americana e pelas suas contrapartes nacionais atuando como colonos intelectuais. Aqui confirmamos que a ocidental é a civilização de origem que provê o sabor e o cimento para a expansão estrutural da globalização. É o seu centro geopolítico.

Este sabor é tenaz e sumamente contagioso. Transmite-se em formas culturais, educativas e até subliminares que têm usado ao máximo as vantagens da tecnologia nos meios de comunicação; estes meios não perdoam diferenças geográficas, raciais ou linguísticas: afetam praticamente a todo mundo quase sem diferenças de idade ou sexo. É um efeito de conteúdo e forma sobre gostos e padrões psíquicos, que se prestam a manipulação e são, de certa forma, sintomas da opressão.

Uma resposta: glocalização contra o euro-centrismo

Esta referência-marco para as nações existentes sobre localidades e regiões específicas. A qualidade localista tem interesse para os oponentes, porque abre uma janela de esperança para combater os maus efeitos parciais da globalização, determinar seus flancos débeis e enfrentá-los com forças territoriais de resistência. Estas forças, poucas vezes antecipadas e menos ainda apreciadas pelos economistas que trabalham como acessores de governos, são as que, uma vez articuladas, dão origem a uma realidade política contemporânea com um forte sentido crítico, que é a da “glocalização”, que troca o “b” de “bárbaro” pelo “c” de “coração”.

Segundo Boaventura de Souza Santos em seu livro *Hacia un nuevo sentido común* (1995), se trata de “localismos globalizados” e de “globalismos localizados”, que muitas vezes vão acompanhados por movimentos sociais e políticos e outras expressões da sociedade civil. Esta hipótese feliz que favorece nosso enfoque crítico. Coloca bases para novas práticas de cidadania global que convergem no que batizamos como “glocalização”.

Todavia, aparece um fator analítico limitante de grande interesse para montar nossa defesa no mundo do Sul: este fator é a determinação contextual do euro-centrismo nodal. Tal como foi definido por Samir Amin em 1986, o euro-centrismo é a expressão culturalista das tendências expansivas do capitalismo. É o componente articulador da globalização recente que chega aos nossos campos e cidades, e que socava nossos costumes, idiomas e visões cósmicas. Para entender o impacto deste outro fenômeno, é necessário contextualizar os processos envolvidos.

O fato que nosso entorno seja o muito especial e maravilhoso dos trópicos e sub-trópicos andinos e amazônicos, condiciona e limita os efeitos enganadores e prejudiciais da globalização capitalista. Aproveitemos ao máximo esta vantagem diferencial de origem pelo saber local, a genética e a história. Existem multinacionais farmacêuticas maravilhadas com nossa biodiversidade pelas velhas razões da exploração.

Hoje, assistimos a uma rebelião muito ampliada contra as influências e efeitos do euro-centrismo elitista e hegemônico nos campos cultural, econômico, científico e tecnológico. É uma rebeldia por justiça e se expressa na glocalização. Esta oferece um interessante enfoque alternativo para o que fazer, que também é mundial; mas desde o lado oposto na estrutura social e territorial para buscar a emancipação dos povos, algo que pode equilibrar as forças monopólicas e opressoras do Ocidente.

Sigamos, então, alterando dialeticamente o feroz “b” pelo esperançoso “c” de glocalização. Isto se faz muitas vezes com práticas simples, mas eficazes. Por exemplo, no caso da Costa Atlântica colombiana, isto requer reforçar políticas culturais e econômicas dirigidas para defender as classes produtivas e trabalhadoras, os grupos indígenas e afro-colombianos; reviver raízes étnicas, costumes e línguas autóctones; apoiar os concursos e festivais de música popular; recuperar a história camponesa, regional e da vizinhança; honrar aos lutadores e soldados do povo e não apenas aos generais dos exércitos; estimular a pesquisa dos contextos próprios e a criatividade científica e técnica; e principalmente ter auto-estima e atitudes de dignidade e respeito pelas características essenciais das regiões territoriais. Tudo isto somado e defendido é imbatível. Ademais, está pleno de vivências e satisfações incomparáveis.

Outras alternativas do que fazer: segundas repúblicas

O conflito está colocado e segue em curso, com erupções em diversas partes da terra. As alternativas geopolíticas sobre táticas e estratégias são poucas: ou desejamos que se estabilize o império neoliberal armado e unipolar, que bem estudaram Toni Negri e Michael Hardt em *Império*. Ou toleramos que se sigam deteriorando as estruturas em crise das nações-Estados do modelo Westfaliano centralista, como é o caso da Colômbia e de muitos outros países. Ou propugnamos pela luta desde abaixo, com a glocalização cultural, econômica e política como ponto de referência e digno de resistência.

Parece-me que esta terceira opção é a que deve ser a de todos nós que estamos autenticamente preocupados com a horrenda situação criada pelos defensores do sistema dominante. Se esta opção se desenvolve, parece inevitável que leve às alterações fundamentais em matérias tais como a concepção da autoridade legítima e da política, a co-responsabilidade de governados e governantes, o acompanhamento sócio-econômico comunal, e a economia solidária. Abriria as comportas para outra grande revolução, invocadora das passadas, ainda que talvez, sem os serviços de parteira da violência armada tradicional.

Esta outra grande revolução se pode fundamentar na acumulação organizada de experiências, lutas e saberes que fornecem as diversas frentes da glocalização. Se o processo local se reduz não mais que ao local e conjuntural, e não se trata de coordenar suas forças regional e nacionalmente, até chegar também ao nível mundial – onde repousa o inimigo gigante global –, pouco se terá ganhado. Portanto, a consigna resultante pode ser a seguinte: organizar-se politicamente e combater pelo domínio do poder estatal em todas as partes, para arrancá-lo das mãos daqueles que hoje o aproveitam, em prejuízo das maiorias produtivas.

Esta consigna, por suposto, não é nova: é cíclica, talvez permanente. Para estes grandes propósitos serviram sempre os movimentos sociais e políticos abertos, pluralistas e participativos, assim como os

partidos da esquerda democrática e socialista que, como os da América do Sul com o PT brasileiro na cabeça, nos têm dado frutíferas lições. Por eles tenho o privilégio de permanecer, na Frente Social e Política de Colômbia que considero um sucessor de similares e valiosos esforços. São experiências somatórias nas que, de uma forma ou outra, lograram forjar o cimento programático ou ideológico necessário para conformar organizações de massas conseqüentes com nossos ideais. Os amigos das multinacionais e monopólios, os liberalistas que se aproveitaram das privatizações de empresas estatais, também têm se organizado em sua própria diversidade, criando uma niveladora universal que temos que deter. Nosso cimento constitucional, não pode vir das vertentes dominantes atuais, mas sim da renovada ideologia do socialismo humanista, libertário e ecológico que é o opositor dialético do capitalismo que está levando o mundo à destruição.

Dentro do grande complexo repressivo, destaco o que vem ocorrendo com as classes trabalhadoras, especialmente na América Latina. Os operários, camponeses, indígenas estão sujeitos a uma cruel ofensiva que mina seus sindicatos, comunidades, proteções, corta suas conquistas e ignora seus direitos. As práticas opressoras dos governos neste campo ficam bem ilustradas com o caso da Colômbia e o recentemente decidido aqui, que está erodindo perigosamente o Estado Social de Direito consagrado na Constituição Nacional. Estas práticas opressoras e persecutórias de sindicatos e direitos, devem ser corrigidas. O monopólio do poder, quando se expressa unilateral e repressivamente como ocorreu aqui, se torna sinônimo de tirania. E a tirania leva à rebelião justa dos povos empobrecidos e perseguidos, desempregados, desterrados e explorados.

Este não deve ser o sentido, nem a justificação, nem o resultado da tão cacarejada globalização. Temos que dar a volta e quanto mais rápido, melhor. Organização e ação, esta é a necessidade que provem da crise de miséria e fome, e também de governabilidade, que busca paralisar pelo terror. A paciência e a passividade devem terminar: por sorte ainda há com que fazê-lo, e com quem fazê-lo.

Estes problemas de governabilidade e repressão em todos os níveis levam a propor, finalmente uma fórmula macro que poderia sintetizar muitas, se não todas, as metas e aspirações política que mencionei. Esta fórmula macro é o estabelecimento de novas ou segundas repúblicas que inspiradas em lemas ideológicos alternativos como o socialismo de raiz, e impulsionadas por estes, subvertam e suplantem as estruturas governamentais existentes que por definição e convicção, devem ser transformadas.

Trata-se de um processo mais profundo e diferente que os que têm levado aos países como França e Venezuela a “quintas repúblicas”. Na Colômbia – e em outros países americanos – se começa a afirmar povos originários, como são os indígenas, os *palanqueros* negros, os camponeses e artesãos anti-senhoriais e os colonos-patriarcas internos, a tempo com valores fundamentais e universais como a solidariedade, a liberdade, a dignidade e a autonomia.

Recobrar e reformar em termos atuais estes valores e os povos que nos têm conservado apesar de catástrofes seculares, com respeito ao neoliberalismo e a autocracia, e com a melhor consolidação dos processos de glocalização.

Toda pessoa pode, por sua vez propor em outras bases alianças multinacionais no nosso Sul, com a paradigmática República da Grande Colômbia Bolivariana. Seriam outras grandes repostas aos desafios euro-cêntricos aqui revelados.

Conclusão

Vemos que para fazer frente à globalização aos embates da globalização desaforada e para defender os espaços populares que dramatizam a história e cultura de nossas regiões, nações e repúblicas, devemos nos comprometer ativamente com os esforços para reivindicar os valores fundamentais que provêm de nossa diversidade étnica, cultural e natural, em espaço e atributos biodiversos dos nossos trópicos. Este é um grande desafio. Ainda que possa haver modernização congruente ou harmônica com estas políticas, é necessário seguir defendendo concepções tradicionais inspiradas no socialismo humanista e ecológico que têm caracterizado, desde tempos pré-colombinos, a nossa vida camponesa, indígena, silvícola, pesqueira e mineira. São outras formas, mais humanas, de ser, pensar, criar e produzir que as capitalistas não puderam contemplar, mas que seguem vivas a pesar de todas as hecatombes sofridas desde 1492.

Os elementos afetivos e emotivos da globalização – os da vivência popular e cotidiana e sua mobilização, que apenas esbocei aqui – representam uma força anti-hegemônica que neutraliza a razão instrumental dos processos de globalização, esse complexo frio e letal que transmitem os expertos eurocêntricos e seus colonos intelectuais, os meios de comunicação e as agências internacionais. O coração, tanto mais que a razão, tem sido até hoje um eficaz defensor dos espaços dos povos que ainda restam em atividade de raiz. Esta pode ser a nossa força secreta, ainda latente, porque outro mundo é possível. Vale a pena ir lançando-a e mobilizando-a com toda justiça, contra os poderosos da terra que não parecem ter alma.

Pela Grande Colômbia Bolivariana: bases para enfrentar ameaças internacionais

Algumas estratégias de defesa

O assunto que aqui nos une está claro: como nossos países de tradição bolivariana – Venezuela, Colômbia, Equador, e Panamá – estão sujeitos a pressões exógenas inconvenientes que decorrem da atual globalização comandada do Norte, temos que organizar mais e melhor nossas defesas.

De diversas fontes nos chegam advertências sobre o cuidado que devemos ter em nossas relações com os nortenhos e seus agentes ou representantes em cada país. Os últimos desenvolvimentos têm que ver com as propostas interessadas que nossos governos têm recebido: tratados de livre comércio, modernização de exércitos, céus abertos, guerras contra o pan-terrorismo, etc., que levam ao neoliberalismo, belicismo e neo-facismo. Em geral, estas propostas colocamrestriçõesanossaviabilidadeeinterdependência como nações e nossas identidades como povos. Não podemos, então, ficar quietos.

Uma óbvia reação vital de defesa tem sido a de unir forças, recursos e conhecimentos. Por exemplo, existem iniciativas de agrupação regional de índole econômica e comercial, como o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações. Entre os países bolivarianos mencionados, se tem notado a ativação de programas de integração em campos culturais, universitários, comerciais, agrícolas, etc., e alguns tratados e acordos binacionais, como os realizados entre Venezuela e Colômbia desde 1941, tiveram efeitos positivos. O caso mais recente constitui a reunião presidencial de El Tablazo (Zulia), onde com uma cordialidade misteriosa e bem-vinda, que não se via há alguns anos, se aprovaram grandes projetos energéticos comuns, ainda que estes convi-

dem ao cuidado das comunidades afetadas, em especial as do Litoral do Pacífico. Graças estes passos importantes, mas setoriais e às vezes declamatórios não nos sentimos ainda totalmente vulneráveis. Temos adiantado na mecânica do que fazer conjunto, com alianças táticas e uma integração que alguns têm chamado de “com resultados”. A irmandade patriótica e as muitas décadas de intercâmbio familiar, pessoal, educativo e político entre nossos povos, também deram frutos. Todavia, nos falta muito mais no campo geopolítico e no valorativo e cultural para a construção de um só e grande ethos vinculante para os quatro países bolivarianos. São os desafios que em termos gerais se podem designar como os de uma anti-globalização endógena e anti-hegemônica de sobrevivência – os processos de “glocalização” postulados em outras partes – que lutam antes de tudo pelo bem-estar, a vida e as expressões altruístas e democráticas de nossas gentes comuns. Estas situações de estresse e angústias, vivenciais me levaram, a reviver publicamente o velho e clássico tema da Grande Colômbia, como assunto altamente pertinente, em virtude do legado dos libertadores venezuelanos, neo-grandinos e quitenhos, que lutaram juntos pela independência de nossos quatro países.

As periferias se centralizam

As inovações da globalização têm levado não apenas à decomposição social em todas as partes, incluso no próprio Norte do mundo, mas também a certos resultados inesperados. Um deles é o surgimento das periferias, em reação ao tradicional tratamento que têm recebido dos centros dominantes. Os oprimidos e outras vítimas da história ocidental tendem hoje a sacudir-se, deixar-se sentir e fazer-se ouvir, o que é inusitado. Neste contexto, as fronteiras esquecidas e as zonas marginais nas que se localizaram, estão adquirindo um bom peso específico.

Isto ocorre pela drástica e recente redução da dimensão espaço / tempo e pelo aumento na velocidade da comunicação. Agora as fronteiras territoriais e suas zonas tendem a extinguir-se e estão causando efeitos distantes, como o da mariposa dos teóricos do caos, para desempenhar funções paralelas às dos centros, e/ou tarefas que antes eram monopolizadas pelos centros ou restritas só a eles. Refletem assim, com dramatismo e clareza problemas estruturais das sociedades respectivas, em especial as do Estado-nação, convertendo-se em nascedouros de crítica e mudanças como laboratórios sociais espontâneos que refletem as contradições da grande sociedade. Pois bem, este efeito de eco-refletor desde o marginal que chega ao Estado-nação, pode servir também para defender certas tradições e identidades substanciais, hoje ameaçadas pelo desequilibrado desenvolvimento globalizador.

Neste sentido, a aceleração cibernética da equação espaço / tempo, leva a analisar os conhecidos compartimentos territoriais dos Estados sob outra luz e mais além. Convido a prestar atenção nas dimensões que transbordam a região administrativa para chegar às implicações do supra-regional e o supranacional: ou seja, para a integração funcional entre nações existentes. Esta tarefa deve ajudar a nos levar ao nascimento da nova Grande Colômbia, a do século XXI.

Para alimentar estas possibilidades somatórias, convém examinar apoios valorativos, como são as raízes ancestrais e atitudes que conformam e impulsionam o progresso. São valores definidores das gentes dos trópicos e sub-trópicos que nos têm pertencido desde que o mundo é mundo. Vale a pena cuidar, regar, abonar e multiplicar essas raízes neste

mundo espantoso que outros criaram em contextos nortenhos e mediterrâneos, que temos herdado mais como imposição e não como um ato criador próprio. Nas fronteiras, periferias e outros lugares relegados de nossos países, podem estar os exércitos de reserva humana e cultural das nossas nações em perigo. Por isso sinto que chegou o momento da articulação ativa das margens nacionais como parte instigante da grande onda de vida pós-capitalista, pós-desenvolvimentista e pós-moderna que nos poupem das catástrofes anunciadas.

Morfologia das fronteiras

Para realizar este grande objetivo de integração entre nações vizinhas e chegar à meta de uma Segunda Grande Colômbia (não importa o nome) entre nós, é necessário situar o assunto técnica e conceitualmente em pelo menos duas modalidades de trabalho: uma modalidade provém da geografia humana e a das ciências etno-culturais. Examinaremos esta morfologia segundo os fatos e condições palpáveis das atuais zonas fronteiriças.

O projeto geográfico é aquele que enfoca bacias fluviais como eco-sistemas que ocupam porções de países vizinhos – Colômbia, Venezuela, Brasil, Peru, Equador e Panamá – hoje ameaçadas por catástrofes ambientais, guerras intestinas e tensões limítrofes (Mendoza, 1992).

Pelo lado colombiano-venezolano, há três bacias que são total ou parcialmente aptas para as políticas de integração a que mencionei: as de Carraipía-Paraguachón, Catatumbo-Zulia e Arauca-Orinoco (Area e Márquez, 1994). Com a exceção da Carraipía na Guajira que melhorou graças a um acordo binacional de 1989, as outras bacias compartilhadas com a Venezuela são problemáticas pela contaminação das águas, a guerra e a ocupação desordenada e exploração ilegal da terra. Colômbia é culpada em boa parte porque todas essas águas se originam nos Andes colombianos.

Não seria difícil pensar em Corporações Ambientais Binacionais Autônomas nestes lugares. Ainda que pareça mentira, esta boa idéia tem 183 anos e se deve a Simón Bolívar. O Libertador demonstrou ter uma correta visão sócio-geográfica das bacias mais além das formalidades fronteiriças derivadas do *uti possidetis juris* de 1810, quando em Araure (Barinas) opinou, na carta de 18 de maio de 1821, que devia conformar-se um quarto departamento (ademais da Venezuela, Cundinamaraca e Quito) na nova república: a de Pamplona-Mérida-Maracaibo. Tratava-se talvez da região mais rica do norte da América do Sul, graças a uma combinação regional entre a precoce promoção local do café, com a facilidade de exportação pelos rios Catatumbo e Zulia até o lago de Maracaibo. A mesma idéia desta bacia compartilhada foi acolhida por Agustín Codazzi nos seus estudos setoriais de 1842; e pelo presidente do Estado Soberano de Santander, o general Vicente Herrera, em 1858 (Pérez López 2003, 14, 19-20).

Para os outros grandes rios que mencionei: o Arauca, Orinoco, Amazonas, Negro, Putumayo, existem tratados de livre navegação quase esquecidos, e pouco mais, com Venezuela, Brasil e Peru. E com o Panamá existe a zona comum com Colômbia do Tapón de Darién e rios e riachos de parques compartilhados, que podem continuar e melhorar, aos que temos que defender de mega-projetos perigosamente concebidos, como o da rodovia Panamá-Puebla, que talvez se estenda à Colômbia por motivos exógenos.

Entre Equador e Colômbia concerne olhar a situação das bacias irmãs dos rios Patía e Mira-Mataje,

que seguem com Nariño até o Oceano Pacífico. Atividades pesqueiras, madeiras e mineiras com comunidades negras, sem muito estímulo nem direção, nos recordam que os narinenses, juntamente com os equatorianos, são responsáveis pela defesa desta parte da maior riqueza biológica e ambiental do planeta, que aí se encontra.

Quanto ao projeto etno-cultural das fronteiras, encontramos uma ocupação contínua, desde tempos pré-colombinos, de nações indígenas entrelaçadas umas com as outras à margem dos limites formais, com livre deslocamento entre os lados (Cunill Grau, 1992). Estas comunidades aborígenes pré-estatais brindaram uma matriz social original na que se foram acomodando e aculturando-se outros povos imigrantes, tanto de um lado como do outro das atuais fronteiras. Aí vem funcionando a todo vapor o fundidor racial e cultural “cósmico”, e a ocupação e transformação de territórios, às vezes em paz, outras com mútua destruição e conflito, como ocorreu com grupos de mineiros, pecuaristas, guerrilheiros, paramilitares, policiais, soldados e até missionários. Em todo caso, o processo deu como resultado a formação de uma sociedade híbrida, semi-autônoma e muito rica, que levou ao escritor venezuelano Arturo Uslar Pietri a defini-la como “um terceiro país”.

Neste “terceiro país”, os indígenas constituíram um grupo originário receptor dos demais. São ainda os guardiões e melhores conhecedores da biodiversidade tropical, e se lhes pode reconhecer como ETIS (entidades territoriais indígenas) segundo leis orgânicas, e como zonas de paz. Começam com a Nação Wayúu na Guajira colombiana, a maior de todas, que se estende até o norte do Estado Zulia. Depois, a Nação Motilona no Perijá por ambas vertentes, e os U’Wa no Sarare; a Sudeste estão os Guajibos, Curripacos e Tukanos, todos binacionais, e por Leticia os Tikunas trinacionais (Colômbia, Brasil e Peru). Os Huitotos e Ingas ocupam o sul da Colômbia com o Peru. Pelo norte, existem as fortes relações ancestrais entre os Cunas das ilhas e costas panamenhas e o Darién colombiano: não esqueçamos que a Nação Cuna se expandiu durante o século XVII até as ribeiras do rio Sinú.

No que corresponde à fronteira da Colômbia e Equador, acabo de apontar a bacia do Mira com o papel das comunidades afro-descendentes costeiras que se estendem desde Esmeraldas até Tumaco na costa do Pacífico. Ao sudoeste reside a Nação AWA-Cuaiquer desde Ricaurte pelas colinas baixas até mais além da fronteira equatoriana, e na micro-região do Grande Cumbal que margeia a mesma fronteira, se encontra a comunidade dos Cabildos e grupos de Pastos e Quillacingas. Estas nações constituem entes binacionais de características similares às já descritas para as fronteiras com os outros países.

Todos estes grupos nativos (junto aos outros chamados “originários”), são povos respeitáveis que nos ensinaram a resistir com dignidade os furiosos embates da chamada “civilização ocidental” que hoje devemos pelo menos questionar parcialmente. Entre estes logros, nos mostraram uma alternativa própria de entender a nação, com a força da cultura e o poder da solidariedade humana, em contraste com o modelo de Nação-Estado proposto como máquina de guerra, segundo o Tratado de Westfalia (1618), modelo potencialmente fatal (o demonstrou a história européia posterior) que nos trouxeram os espanhóis.

Assim, já sabemos melhor como e por que podemos rechaçar, com argumentos justos, a existência das fronteiras binacionais existentes a partir daquele descontextualizado modelo nortenho, confirmado entre nós pelo *uti possidetis*. E também como proce-

der para transformar as incoerências estruturais de nossos falíveis Estados-nacionais.

Sobre o que fazer: considerações políticas

Esta extraordinária tarefa de reconstrução sócio-política implica o recrutamento e preparação idônea em técnicas de pesquisa-ação participativa de cientistas sociais de alta motivação ética e política – em especial geógrafos humanos, economistas com coração, antropólogos sociais, cientistas políticos, sociólogos da participação ativa – capazes de entender e transcender as nacionalidades e os contextos e realidades nos quais vivemos (De Sousa Santos, 2003). Ademais, necessitaremos elaborar mais as propostas de integração econômica que viabilizem o projeto geral.

Implica igualmente trabalhar nas frentes do protesto e proposta nos quatro países para criar, até com a música, a literatura e outras artes, os movimentos sociais e políticos desde abaixo e desde as periferias, as redes de trabalho e as comunicações necessárias, com o fim de seguir deslocando aos obsoletos partidos tradicionais e aos governantes centralizadores, verticais ou messiânicos aonde, todavia, restam ou aspirem a ficar. E sigamos afirmando o avanço socialista pela vida, a justiça e o progresso humanista que chegam do Sul com movimentos e governos de novo tipo no Uruguai, Argentina, Chile, Brasil, Bolívia e Equador.

Entre Venezuela, Equador, Panamá e Colômbia seria relativamente fácil voltar a conceber e construir conjuntamente a Grande Colômbia dos nossos Libertadores. Os limites entre nós me parecem secundários, se examinamos os vaivens da história. Houve momentos nos quais as fronteiras não existiam entre nós, mas por curtos períodos nunca disputados. Por exemplo, por convênio com generais caucanos, o Equador se estendeu até Pasto e Buenaventura em 1830; Colômbia aceitou em 1848, sem resultados práticos, que todos os Llanos até Villavicencio fossem venezuelanos; com uma simples carta, o Barão do Rio Branco tirou da Colômbia a entrada até o grande porto de Manaus, no Amazonas; e por outro acordo, Colômbia cedeu em 1952 para Venezuela as ilhotas Monjes. Arauca se proclamou independente por umas semanas em 1917; também Tumaco quis somar-se ao Equador em 1988. O Peru era o dono do Putumayo nos duros anos 20 da Casa Arana. De modo que, com a exceção do absurdo mini-conflito por Leticia no Amazonas, entre nós as fronteiras não têm sido cicatrizes da história, como em outros continentes. Nossos Mohanes vigilantes nos rios e montes não o permitiram.

Essa fluidez brincalhona e pacífica de fronteiras pode se retomar hoje, sem problemas e de maneira geral, deixando atrás o modelo Westfaliano do Estado-nação belicista e outras definições forâneas de soberania e identidade nacional, já superadas. O eterno e enredado “diferendo” entre Colômbia e Venezuela não deve existir mais. Antes de tudo temos que pensar no bem-estar dos povos nas suas regiões. Devemos juntar-nos nestas formas novas de convivência e resistir às tentações belicistas que às vezes se acercam. Por exemplo, Colômbia não pode prestar-se a brincar, por determinações forâneas sobre pan-terrorismo, o papel de representante na América do Sul, como aconteceu uma vez na Guerra das Malvinas. Eu venho proclamando em todas as minhas apresentações deste tema a partir de 2003 em Lima: que seguramente nenhum colombiano com dignidade ou sensatez quererá levantar armas nem dirigir tanques de guerra contra nossos vizinhos, e menos contra Venezuela. Aplauzo que este princípio de harmonia internacional, tão antigo e respei-

tado até agora, tenha que ser reconhecido publicamente pelo presidente Álvaro Uribe em El Tablazo.

Então, me parece necessário e urgente lutar outra vez pela meta comum da Grande Colômbia, ou para contrapô-la às inconveniências políticas hegemônicas e violentas da globalização neoliberal militarista. Por sorte, como o reconheceram os presidentes Chávez e Uribe em El Tablazo, as fronteiras formais entre nós são indefiníveis e porosas. Sempre tem sido assim, e temo que assim sigam sendo. Não necessitamos formalizá-las, demarcá-las, ou derramar sangue por elas, porque é a própria geografia quem as nega e apaga em nome dos povos habitantes. Respeitemos, pois, a autoridade tropical das selvas pluviais e das bacias hidrográficas, assim como a vontade autônoma e livre dos nossos rios selvagens que debocham quando querem das dragas oficiais, como ocorre no Arauca.

Finalmente, como passos de transição ao novo Estado gran-colombiano e bolivariano, podem concretizar-se ao nível macro duas propostas geopolíticas existentes, que são anti-hegemônicas: uma é a República Regional de Colômbia, proposta há um lustro decorrente da Constituição de 1991. A outra proposta geopolítica corrente, juntamente a colombiana, é a consagrada pela República Bolivariana da Venezuela, em sua atual Constituição, que tem

fins convergentes com a colombiana. Se somarmos a isto, a força do movimento indígena equatoriano, várias vezes próximo do poder e recém chegado ao Governo, e ainda a dos movimentos panamenhos derivados do Torrijismo reconstrutor, mais os movimentos de patriotas colombianos desde as regiões, podemos verificar a potencialidade da idéia bolivariana gran-colombiana e libertária. Estas metas se conseguiriam facilmente se conseguirmos irmanar todas estas forças, movimentos e partidos dos quatro países, com o mesmo gancho ideológico do socialismo ecológico, de raiz, humanista e democrático, pelas razões históricas, sociais e culturais comuns a todos que tentei expor.

Compreendo também as dificuldades destas possíveis transições. Começaram a ser vistas como perigosas, daí a repressão que exercem os reacionários de sempre com apoio de globalizadores, grandes empresários monopolistas, especuladores financeiros e outros traidores de ideais. Nossos esforços são atacados pelo Império do Norte, o do Grande Explorador que é cada vez mais o Grande Irmão do profético romance de Orwell, cuja fortuna por sorte parece estar declinando. Creio que não merecemos a triste sorte dos colonos e robôs desmiolados que nos têm reservada.

Para evitar tudo isto, proclamemos com orgulho que aqui todos somos tropicais e aceitemos com ale-

gria, como vivência lógica e espiritual, este desafio crucial. Se também somos cuidadosos, como sugeri, com as formas altruístas do conhecimento popular, a vida alterna e o trabalho produtivo para todos, poderemos equilibrar as crises entrópicas do capitalismo global que começam a nos afetar. Todavia temos que aproveitar mais daquele singular tesouro vernáculo próprio – o do sol radiante —, para que sigamos construindo, aqui e agora, um mundo melhor.

1 A versão completa deste texto encontra-se em Orlando Fals Borda *Hacia el socialismo raizal y otros escritos*, Ediciones desde abajo, Capítulo III, pp.71-96, Bogotá, 2007.
2 Sociólogo colombiano. Ph. D. em Sociologia pela Universidade da Flórida(1955-2008). Co-fundador da primeira Faculdade de Sociologia da América Latina América Latina na Universidade Nacional da Colômbia (1959) e um dos fundadores de CLACSO. Reconhecido pelo seu compromisso político em benefício dos setores populares, pelo seu método de "pesquisa-ação participativa" e pela sua vasta obra sociológica e teórico-política.

Bibliografia

Area, Leandro e Márquez, Pompeyo. *Venezuela y Colombia: política e integración*. Caracas, Editorial Panapo, Comisión Presidencial para Asuntos Fronterizos, 1994.
Cunill Grau, Pedro. *Política de organización territorial y ocupación del espacio fronterizo occidental venezolano*. Caracas, Comisión Presidencial para Asuntos Fronterizos Colombo-Venezolanos, pp. 18-39, 1992.
Mendoza Morales, Alberto. *El Ordenador*. Bogotá, Universidad Piloto de Colombia, 1992.
Pérez López, Jaime. *Colombia – Venezuela, economía, política, sociedad en siglos XIX y XX*, Cúcuta, Ed. La Opinión, 2003.
De Sousa Santos, Boaventura. *La caída del Angelus Novus: Ensayos para una nueva teoría social y una nueva práctica política*. ILSA y Universidad Nacional. Bogotá, 2003.

Novidades Editoriais Clacso



Sete ensaios de interpretação da realidade peruana

José Carlos Mariátegui

Cumprindo 80 anos de sua primeira edição, *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* de José Carlos Mariátegui, constitui indubitavelmente uma das principais obras de referência do pensamento marxista latino-americano. Diferentemente de outras obras que caem no esquecimento, *Sete ensaios* foi objeto de inúmeros estudos e segue despertando o interesse dos estudiosos da realidade social peruana e latino-americana, comprovando a sua originalidade e relevância contemporânea.

A presente edição, traduzida pelo antropólogo Felipe Lindoso, traz a apresentação do peruano Rodrigo Montoya Rojas, escritor e antropólogo, professor da Universidade Maior de São Marcos, Peru.



América Latina e Caribe. Territórios religiosos e desafios para o diálogo

Aurelio Alonso [coordenador]

O conjunto dos trabalhos sobre estudos sócio-religiosos que integram esta publicação procuram expressar uma convergência na constatação da alteração na demografia religiosa no continente, ocasionado pelo predomínio de uma forte e heterogênea corrente de reaparição denominacionalista, na segunda metade do século XX.

Ademais, prioriza a análise do cruzamento destas tendências com as que anunciam o ordenamento mundial vigente e os extremos da concentração de poder. Os trabalhos tratam especialmente das questões da territorialidade material e espiritual, nos processos de busca e sentido e nas interpretações e potencialidades do diálogo, em oposição ao auge dos fundamentalismos religiosos e não religiosos.



Políticas de atenção à pobreza e desigualdade. Examinando o papel do Estado na experiência cubana

Mayra Paula Espina Prieto

O tema da pobreza, na sua relação com os efeitos das reformas e as políticas para sua condução, tiveram lugar central da preocupação das ciências sociais latino-americanas desde a década dos noventa. Com o propósito de recuperar uma visão desnaturalizadora das desigualdades sociais, este livro oferece uma visão panorâmica deste campo de estudos, a partir da experiência cubana, e uma releitura crítica das maneiras nas quais a pobreza tem sido construída como objeto de análise e de política pelo conhecimento social. Desde esta perspectiva, a obra examina a experiência cubana, sua lógica de administração da crise e a reforma econômica da década de noventa, seus avanços e debilidades no enfrentamento à pobreza.

Biblioteca virtual CLACSO

Com o objetivo de promover e facilitar o acesso aos resultados das pesquisas dos Centros Membros via Internet, o CLACSO oferece livre acesso à sua Biblioteca Virtual de Ciências Sociais, que recebe por mês mais de 300.000 consultas de textos. Os serviços incluem acesso à Sala de Leitura com 9.000 textos completos de livros, artigos, palestras e documentos de trabalhos publicados pela rede CLACSO e outras instituições; bases de dados sobre a produção acadêmica dos Centros Membros e registros bibliográficos de suas publicações e pesquisas e também de seus pesquisadores, com e-mail disponível para contato; e links que dão acesso a outras bibliotecas virtuais com mais de 100.000 textos completos de Ciências Sociais.

www.biblioteca.clacso.edu.ar